

# Resolução

## Pela Defesa do Serviço Nacional de Saúde

Há 42 anos, ficaram consagradas na Constituição da República Portuguesa as funções sociais do Estado, entre as quais a criação do Serviço Nacional de Saúde como instrumento da concretização da responsabilidade prioritária do Estado no garante do direito à saúde a toda a População, de uma forma universal e equitativa.

Em pleno Século XXI, verificamos que o SNS se encontra delapidado, fruto das opções políticas erradas de sucessivos Governos (PS, PSD, CDS), que foram destruindo o SNS ao longo destes anos.

O atual Governo, Ministério da Saúde e o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, têm assumido uma ação de propaganda sem se objetivarem alterações concretas.

Neste momento em particular, verificamos que os Serviços de Saúde no Concelho de Odemira atingiram um limiar crítico, diminuindo o acesso da População a cuidados de saúde, condignos e de qualidade.

Não é admissível que, por parte do Governo e do Ministério da Saúde, se mantenha um silenciamento total dos problemas relativos aos Profissionais de Saúde e aos Utentes.

**É INTOLERÁVEL** o facto de existirem Utentes à espera de Consultas ou Cirurgias no Hospital do Litoral Alentejano há mais de 400 dias;

**É INACEITÁVEL** que sejam as Empresas de Trabalho Temporário a assegurar o Serviço de Urgência do Hospital do Litoral Alentejano;

**É INTOLERÁVEL** que o Serviço de Urgência Pediátrica do H.L.A. seja assegurado por Médicos não Especialistas;

**É INACEITÁVEL** o encerramento da Unidade de Convalescença do H.L.A.;

**NÃO É TOLERÁVEL** que os Médicos de Família sejam substituídos por Médicos sem a Especialidade de Medicina Geral e Familiar;

**É INCONCEBÍVEL** que existam Extensões de Saúde onde o Médico só está presente uma vez por mês;

**É INCOMPREENSÍVEL** a falta de cerca de 100 Enfermeiros em toda a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano;

**É INADMISSÍVEL** o estado de degradação das Extensões de Saúde de Sabóia, São Luís e Vila Nova de Milfontes.

Assim, os Autarcas, Profissionais de Saúde e Utentes concentrados em Vila Nova de Milfontes, no dia 15 de janeiro de 2022, exigem:

- Médico e Enfermeiro de Família para todos os Utentes;
- Redução da lista de Utentes por cada Médico de Família, tendo em conta o valor das Unidades Ponderadas e outros fatores de complexidade que se refletem na carga assistencial;
- Implementação de condições para a realização de exames complementares de diagnóstico, nomeadamente colheitas de sangue no Centro de Saúde de Odemira, com a contratação de Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica;
- Realização de Consultas Médicas nas Extensões de Saúde com a periodicidade de, no mínimo, uma vez por semana;
- Início das obras de novas Extensões de Saúde em Sabóia, São Luís e Vila Nova de Milfontes;
- Realização de obras no Serviço de Urgência Básica do Centro de Saúde de Odemira para ampliação da sala de espera;
- Colocação de Médicos Pediatras no Serviço de Urgência Pediátrica do Hospital do Litoral Alentejano, 24 horas;
- Reabertura da Unidade de Convalescença;
- Cumprimento Integral dos Tempos Máximos de Resposta Garantidos nas Consultas e Cirurgias em toda a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano;
- Adoção de medidas que atraiam Médicos, Enfermeiros, entre outros Profissionais, para esta zona carenciada, com abertura de concursos com dedicação exclusiva e também com incentivo remuneratório, condições de trabalho e formação contínua;
- Contratação de Profissionais de Saúde (Médicos, Enfermeiros, Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos, Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, entre outros) em número suficiente para as necessidades existentes, bem como a valorização salarial e das carreiras;
- 35 horas para todos os Profissionais de Saúde;
- A não atribuição de competências na área da saúde às Autarquias;
- Devolver ao Setor Público Administrativo todos os Hospitais e Unidades de Saúde, Entidades Públicas Empresariais e Parcerias Público Privadas;
- A não renovação de todas as Parcerias Público Privadas;
- Abolição de todas as Taxas Moderadoras.

**Por um Serviço Nacional de Saúde Universal, Geral e Gratuito!**

Enviar esta Moção às seguintes entidades:

Presidente da República;

Presidente da Assembleia da República;

Primeiro-Ministro;

Ministra da Saúde;

Grupos Parlamentares da Assembleia da República;

Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Alentejo;

Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano;

Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral;

Autarquias (Assembleia Municipal, Câmara Municipal, Assembleias de Freguesia e Juntas de Freguesia) do Concelho de Odemira.

Vila Nova de Milfontes, 15 de janeiro de 2022